

PARECER

DO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA LEGISLATIVO Nº 061/2024.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

EMENTA: PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL, AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA LEGISLATIVO Nº. 061/2024, DE AUTORIA DO VEREADOR NELSON DE VIVI – QUE DISPÕE SOBRE A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DO CENTRO ESPIRITUALISTA DIVINA LUZ - EM CONSONÂNCIA COM PARECER JURÍDICO EXPEDIDO PELA ASSESSORIA JURÍDICA DESTA CASA LEGISLATIVA, CONFORME DISPOSIÇÃO ART.30, I DA CF/88 (CONSTITUIÇÃO FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988); DO ART. 41, IV DA LOM (LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO).

PARECER Nº. _____

MATÉRIA : Projeto de Lei Ordinária Legislativo - 061/2024

AUTOR: NELSON VIERIA SANTOS – NELSON DE VIVI

ASSUNTO: DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PUBLICA

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei Ordinária Legislativo Nº 061/2024 de autoria do Ilmo. Vereador Nelson Vieira Santos, que tem por objetivo declarar de utilidade pública o Centro Espiritualista Divina Luz, CNPJ: 15.031.988/0001-23.

Cumprе observar que a declaração ou reconhecimento de utilidade pública vincula-se ao interesse da coletividade, dessa forma, ao trabalhar em favor do interesse coletivo, a entidade adquire uma utilidade, voltada ao bem estar social, a concessão do título de utilidade pública, traduz o reconhecimento, no caso, em âmbito municipal, dos relevantes serviços realizados, pela entidade,





Câmara Municipal

Vitória da Conquista

EM DEFESA DO POVO

(77) 3086-9600

Rua Coronel Gugé - 150,
Bairro Centro, CEP 45000-510
Vitória da Conquista - BA

de forma desinteressada a sociedade.

A matéria tratada no Projeto de Lei Ordinária Legislativo, está em consonância com o regramento constante na Constituição Federal do Brasil de 1988 artigo 30, inciso I; e da lei Orgânica do Município de Vitória da Conquista, artigo 41, inciso IV, conforme pode ser observado no parecer jurídico exarado pela Assessoria Jurídica desta Casa Legislativa.

II - CONCLUSÃO

Em reunião para deleiberação, após análise e debate entre os membros desta comissão, APROVAM a tramitação do Projeto de Lei Ordinária Legislativo, para reconhecer e declarar a utilidade pública do “CENTRO ESPIRITUALISTA DIVINA LUZ”. Diante do exposto, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei Ordinária Legislativo de Nº 061/2024.

Plenário Vereadora Carmem Lúcia, 23 de setembro de 2024

Valdemir Oliveira Dias
Membro

Francisco Estrela Dantas Filho
Presidente

Edivaldo Ferreira Junior
Membro

PARECER JURÍDICO

AUTORIA: VEREADOR NELSON VIERIA SANTOS – NELSON DE VIVI

ASSUNTO: DISPÕES SOBRE A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA.

EMENTA: PROJETO DE LEI ORDINÁRIA LEGISLATIVO Nº 061/2024, DISPÕE SOBRE A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DO CENTRO ESPIRITUALISTA DIVINA LUZ OLIVEIRA. POSSIBILIDADE

I – RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei Ordinária Legislativo Nº 061/2024 de autoria do Ilmo. Vereador Nelson Vieira Santos, objetivando declaração de utilidade pública o Centro Espiritualista Divina Luz, CNPJ: 15.031.988/0001-23.

O Projeto de Lei Ordinária Legislativo, foi apresentado com a respectiva justificativa, demonstrando os motivos justificadores para a declaração de utilidade pública do Centro Espiritualista Divina Luz

II- FUDAMENTAÇÃO

É importante destacar que o exame realizado por esta Assessoria Jurídica, nos termos da sua competência legal, cinge-se unicamente à matéria jurídica envolvida, quanto aos aspectos de constitucionalidade e de legalidade das proposições legislativas, tendo por base os documentos juntados.

Por essa razão, não há, no presente parecer jurídico, qualquer juízo de mérito sobre o tema trazido à apreciação, cuja análise é de exclusiva responsabilidade dos agentes políticos.

Outrossim, é imprescindível ressaltar que a finalidade do parecer é possibilitar que as deliberações da Casa Legislativa se desenvolvam com maior conhecimento do assunto e, em

consequência, com maior adequação ao interesse público, possuindo apenas caráter opinativo, isto é, não vinculante.

O Projeto de Lei Ordinária Legislativo, em análise, está fundamentado na Constituição federal do Brasil de 1988, e na Lei Orgânica do Município de Vitória da Conquista, conforme pode ser verificado nos artigos abaixo colacionados:

Da Constituição Federal de 1988:

“Art. 30 Compete aos Municípios:

I - Legislar sobre assuntos de interesse local;
[...]”

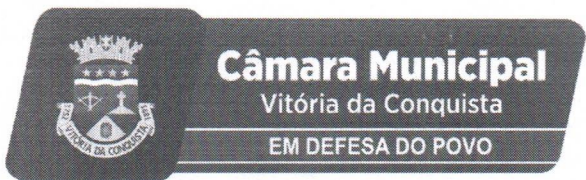
Da lei Orgânica do Município:

“Art. 41 - O processo legislativo municipal compreende a elaboração de:
[...]
IV - leis ordinárias;
[...].”

A matéria em análise, adequa-se perfeitamente aos princípios de Competência Legislativa asseguradas ao Parlamentar, insculpidos na Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, pois, trata do reconhecimento do fim público de determinada entidade privada a fim de que esta possa gozar de eventuais benefícios legais. Mais que um título honorífico, trata-se do reconhecimento pelo Município de que a entidade coopera na consecução de serviços públicos.

A pessoa jurídica constituída com o fim exclusivo de servir à coletividade terá os benefícios que a lei lhe conferir. Assim, a declaração de utilidade pública serve, em última análise, como ferramenta de que dispõe o ente político para estimular a atuação suplementar de entidades privadas em áreas como a assistência social, educação, cultura e esporte, Art.23 da CF/88.

Do ponto de vista da legalidade o presente Projeto de Lei Ordinária Legislativo não afronta qualquer outro dispositivo legal, quer seja constitucional ou infraconstitucional. Analisando-se, a



(77) 3086-9600
Rua Coronel Gugé - 150,
Bairro Centro, CEP 45000-510
Vitória da Conquista - BA

regularidade formal de sua propositura, pode-se concluir pela constitucionalidade e legalidade da mesma, posto estão respaldadas no texto Constitucional e na legislação municipal pertinente.


Por fim, há que se dizer que em relação à técnica legislativa, o Projeto de Lei Ordinária Legislativo de N° 061/2024, não merece qualquer reparo.

III - CONCLUSÃO

Por tudo que restou demonstrado, data máxima vênia e contumaz respeito pela proposição legislativa de autoria do Ilmo. Vereador Nelson Vieira Santos, esta assessoria jurídica OPINA **favoravelmente a tramitação do Projeto de Lei Ordinária Legislativo**, estando à proposição em plenas condições para apreciação da Comissão de Justiça, Legislação e Redação Final.

Este é, salvo melhor juízo, o parecer.

Vitória da Conquista – Ba, 23 de setembro de 2024.


Leandro Almeida Aguiar
OAB-BA 22.745
Procurador Jurídico das Comissões

